



## família na transição demográfica: o caso de são paulo

Neide L. Patarra\*  
Rosana Baeninger\*\*

**RESUMO** – Pretende-se relacionar as etapas da transição demográfica às etapas de desenvolvimento sócio-econômico, na cidade de São Paulo, de 1900 até hoje. As defasagens entre essas duas ordens de fenômenos conduzem à discussão sobre as mediações necessárias ao entendimento das transformações demográficas; a família constitui uma das mediações significativas, a qual tende a se configurar em diferentes tipos para distintos grupos sociais, ao longo do período. Além disso, busca-se discutir o papel da migração internacional e interna na configuração dessa tipologia, passando pela inserção dos membros da família nas relações de produção bem como pelas ideologias e dimensões culturais que emolduram o papel da mulher e dos filhos. Tenta-se comparar este caso com outras situações de transição para o capitalismo.

O presente texto pretende inserir-se no debate sobre a transição demográfica no Brasil; tem, assim, como referência, o conhecimento teórico e empírico acumulado, baseado, principalmente, na experiência histórica dos países europeus. Entre outras questões, o debate envolve uma reflexão a respeito da aplicabilidade dos conhecimentos sistematizados a partir da experiência européia para o caso de sociedades em desenvolvimento. Um recurso metodológico preponderante nas reconstruções históricas recentes é o da construção de etapas que associam a evolução do capitalismo às transformações demográficas. A idéia de etapas, aliás, está presente já nas formulações clássicas a respeito da transição demográfica (Chesnais, 1977; Tabutin, 1980; Coale, 1973; Tilly, 1978; Lesthaege, 1980). Os estudos posteriores à formulação "clássica", ancorados em evidências históricas mais esmiuçadas, associam as etapas de evolução do capitalismo à configuração de tipos de famílias, as quais, mediante sua inserção no mercado de trabalho, emolduram padrões de comportamento reprodutivo predominantes em cada etapa (Caldwell, 1976; Levine, 1977; Seccombe, 1983; Tilly & Scott, 1978; Tilly, 1985, entre outros). É por essa via que se desenvolveu a hipótese da proletarização e sua possível extensão ao caso do declínio recente da fecundidade em países latino-americanos (veja-se, por exemplo, Paiva, 1985, e Merrick, 1985).

\* Diretora-Adjunta de Estudos Populacionais da Fundação SEADE e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

\*\* Pesquisadora, Convênio NEPO-UNICAMP/Fundação SEADE

Não é objetivo deste texto tecer comentários sobre essas formulações: em outros momentos, a reflexão a respeito da incorporação desse conhecimento à explicação da transição demográfica em sociedades como a brasileira já foi por nós sistematizada (1). O que interessa reter, neste caso, é o confronto metodológico no sentido do avanço de certos aspectos que parecem ser importantes no esforço explicativo de nosso passado histórico-demográfico. Nesse sentido, algumas questões, como as abaixo descritas, emergem como passos necessários.

- A questão da periodização  
Admitindo-se a necessidade da construção de etapas e tipos de família, qual seria o período histórico necessário? Será que a velocidade maior da transformação demográfica, em nossas sociedades, justifica um corte temporal menor?
- A questão da unidade de análise  
Os estudos sobre a transição demográfica têm oscilado entre tendências históricas agregadas a nível nacional, de um lado, e a reconstrução de pequenos estudos de caso aprofundados, de outro. Talvez a busca de unidades de análise menores permita o aprofundamento de mecanismos explicativos, porém a referência à sociedade em seu conjunto é imprescindível.
- A questão das mediações  
Embora constituindo tema relativamente antigo, as mediações ainda constituem questão relevante, principalmente na reconstrução de percursos históricos. Não se trata mais de identificar as dimensões mediadoras em geral, mas de detectar, em cada etapa, as mediações que, operando como elos num conjunto explicativo, vão permitindo a reconstrução dos processos que, interligados e às vezes contraditoriamente, configuram a transformação dos padrões demográficos.
- A questão da interligação entre as variáveis demográficas  
O acervo de conhecimentos sobre a transição demográfica tem sido ancorado, principalmente, na evolução da fecundidade e nas mudanças nos padrões de reprodução. São raros os estudos que associam o declínio histórico da mortalidade (ou a transição epidemiológica) ao declínio da fecundidade, e menos ainda os que buscam associar os movimentos migratórios à configuração de novas etapas da dinâmica demográfica. Essas vinculações, sem dúvida, são difíceis, principalmente em situações de escassez de dados: no entanto, a tarefa pode ser promissora à medida que a transição pretende a articulação da mudança demográfica com a mudança social.
- A questão da periodização econômica *vis-à-vis* à periodização demográfica  
As etapas da transição demográfica têm sido ancoradas, primordialmente, numa periodização econômica. A reconstrução de séries históricas de dados demográficos, quando existentes, podem suscitar a configuração de etapas a partir da própria dinâmica demográfica. Parece ser um caminho profícuo a confrontação das periodizações econômica e demográfica, à medida que, assim, se poderiam destacar eventuais defasagens entre ambas. Essas defasagens, por sua vez, poderiam fornecer pistas ao entendimento das dimensões mediadoras que possibilitam a articulação entre as mudanças sociais globais e as mudanças nos padrões de comportamento subjacentes às estatísticas demográficas.



As notas que se seguem são inspiradas nesses tipos de considerações: derivadas de um estudo mais amplo (2), representam uma tentativa de colaborar num esforço amplo e necessário de reconstrução de nossa evolução demográfica. É preciso ressaltar, contudo, que se trata apenas de uma primeira aproximação aqui exposta a fim de alimentar um diálogo sobre o tema.

## PERIODIZAÇÃO E UNIDADE DE ANÁLISE

A evolução dos processos demográficos no Brasil, em seu conjunto, apresenta uma diversidade regional muito grande (diversidade também presente em termos intra-regionais). À medida que os dados vão sendo desagregados, tais diferenças tornam-se cada vez mais nítidas. Uma análise da evolução demográfica do Estado de São Paulo como um todo (3), por exemplo, evidenciou tendências e características distintas a nível de municípios. Essa diferença interna despertou o interesse de um aprofundamento do estudo nesse sentido, pois os dados mais agregados podem justamente representar a resultante de tendências opostas.

Desse modo, o caso do Município de São Paulo tornou-se interessante, de um lado, em função da vasta literatura que aponta para a emergência da capital do Estado, a partir do final do século XIX, como o pólo dinamizado e dinamizador do processo de industrialização ancorado na hegemonia cafeeira. Por outro lado, o processo de urbanização entendido como processo globalizador, que implica em alterações nas relações sociais, em seu conjunto, em constituição e reconstituição da rede urbana e de nexos tanto internos como internacionais, emoldura o contexto São Paulo-cidade, como espaço propulsor de mudanças e lhe confere um sentido específico: seus efeitos em termos da organização social e na maneira de pensar dos indivíduos, dimensões nem sempre presentes, porém fundamentais para o tema em questão. Finalmente, evidências empíricas já haviam demonstrado que o comportamento reprodutivo da população residente na Capital vinha alterando-se com considerável antecedência, quando comparado a outras regiões brasileiras (Berquó et al., 1977; Sawyer, 1983).

A periodização adotada na mencionada pesquisa baseou-se na bibliografia predominante, dividida em quatro etapas, a saber:

- 1850 a 1930: corresponde ao período de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado sob hegemonia do café. Nesse período, são lançadas as bases de urbanização do Estado, prefigurando um novo padrão de divisão social do trabalho;
- 1930 a 1956: período correspondente à expansão da industrialização paulista, implicando em profundas alterações no mercado de trabalho, nos movimentos populacionais, na urbanização e na organização das relações de trabalho;
- 1956 a 1980: período em que, a partir da internacionalização da economia, definem-se novos padrões de acumulação e subordina-se a agricultura à indústria. Reorganiza-se o mercado de trabalho e ampliam-se as atribuições do Estado. Ao mesmo tempo, a urbanização atinge um novo patamar, responsável pela constituição de um estado essencialmente urbano;

- 1980 em diante: envolve a conjuntura da crise econômica e seus efeitos recessivos, com impactos sobre as condições concretas de existência da população.

A observação primeira das tendências das taxas de natalidade e mortalidade na cidade de São Paulo (4) sugere algumas defasagens entre a série demográfica e a periodização econômica. Senão vejamos.

Ao longo de aproximadamente oitenta anos deste século, a curva da taxa bruta de natalidade configurou quatro patamares no Município: manteve-se relativamente alta nos primeiros trinta anos, relativamente mais baixa nos seguintes vinte anos, elevou-se um pouco no período 50-65 e declinou acentuadamente a partir daí. Iniciando-se ao nível de 38 nascimentos por mil habitantes, essas taxas atingiram seu ponto máximo ao redor dos anos 13 e 14, bem como seu ponto mínimo nos anos 42 e 43 (Gráfico 1).

A curva da taxa bruta de mortalidade geral iniciou-se ao nível de 18 óbitos por mil habitantes, evoluiu com oscilações, mas no mesmo patamar até 1930, iniciando, então, um declínio que se acentuou nitidamente a partir de meados da década de 30. Esse declínio, com oscilações mínimas, prosseguiu até atingir, em 1980, o nível de sete óbitos por mil habitantes (5).

Observa-se que as oscilações nas taxas de natalidade foram mais acentuadas que nas de mortalidade: a mortalidade apresenta-se em declínio mais contínuo. Assim, as indagações e a conformação de períodos com padrões demográficos distintos vão sendo construídas mais pelas oscilações na curva de natalidade. Trata-se, pois, de cercar as condições que poderiam influenciar essas oscilações. Inicialmente, o próprio efeito do declínio da mortalidade, as flutuações na estrutura etária e os níveis de nupcialidade podem ser total ou parcialmente responsáveis. Além disso, considerando-se o período relativamente longo no qual as taxas de natalidade constituem os patamares já indicados, e, ainda, a composição tão variada da população residente no Município, parece justificar-se também a hipótese de mudança nos padrões reprodutivos de grupos sociais específicos ao longo do período.

No capítulo que se segue, procura-se explorar, ainda que superficialmente e para avaliar a sequência, algumas dessas articulações entre períodos sócio-econômicos e transformações demográficas.

## **TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS, DINÂMICA DEMOGRÁFICA E FAMÍLIA**

### **1850-1930: o deslanchar da industrialização**

A necessidade de mão-de-obra para a lavoura do café, na segunda metade do século passado, conduziu a uma migração européia de grande magnitude, com destino, particularmente, ao Estado de São Paulo (6). A Capital, contudo, não se destacou pela sua produção agrícola de café, e, sim, por sua função de entreposto comercial apoiado na rede interiorana



cafeicultura (Singer, 1968). Desse modo, a expansão cafeeira no Estado, juntamente com o aumento das ferrovias e o surto migratório europeu, conduziu a Capital a um forte desenvolvimento econômico, social, político e cultural, ainda no final do século passado (7).

A virada do século no Município de São Paulo iniciou-se com uma população de 224.654 habitantes e já veio acompanhada de uma mudança substantiva na composição de sua população, na forma de organização do trabalho, nas relações urbano-rurais, entre outras.

O processo de urbanização já era intenso nesse período, uma vez que a crise cafeeira, por volta dos primeiros cinco anos deste século, provocou um acentuado êxodo rural, que trouxe à cidade uma mão-de-obra relativamente qualificada e de baixo custo, especialmente para as indústrias que começaram a surgir no Município. Esse processo de urbanização e industrialização representou a formação de uma nova ordem social, permeando todas as instâncias da sociedade. A mistura de raças, nacionalidades, culturas e ideologias, dispersas no espaço urbano, começou a caracterizar certos grupos sociais. Toda essa transformação passou pela constituição de uma nova classe trabalhadora na cidade de São Paulo: a classe operária, que se formou, primeiramente, através dos trabalhadores estrangeiros.

Os operários em São Paulo trouxeram habilidades manuais e técnicas que não se encontravam no Brasil (Morse, 1970); dentre esses trabalhadores, os italianos destacaram-se nos mais diferentes ramos da indústria, sendo responsáveis pelo surgimento de muitas fábricas de "fundo de quintal" (Bandeira Jr., 1901). A indústria têxtil era a que mais absorvia mão-de-obra, seguida das indústrias de produção alimentícia e de vestuário.

Com a expansão industrial, o mercado de trabalho ampliou-se, propiciando também um acelerado crescimento em outros setores de atividades. O comércio e o transporte, por exemplo, também se beneficiaram dessa expansão, bem como o setor terciário, que já representava, em 1920, 17% do total de pessoas ocupadas.

O operariado paulistano, nesse período, era muito mais produtor de bens do que consumidor: seu salário era menor que o custo de vida. Além do mais, não tinha acesso à infraestrutura urbana, suas condições de moradia eram precárias, alimentava-se mal, e, ainda, precisava inserir a família toda no mercado de trabalho, a fim de reforçar o orçamento doméstico (Paoli, 1984).

Os locais de habitação dos trabalhadores operários eram vistos, fora do seu meio, como insalubres, com péssimas condições higiênicas e como uma fonte de tuberculose, sífilis e vícios, ou seja, um ambiente não propício para a infância e mulheres. Estes fatores prejudicavam o rendimento nas fábricas. Os higienistas e sanitaristas utilizavam-se de um discurso moral para a disciplinarização dos operários inculcando-lhes normas e valores burgueses. *A casa é o espaço da felicidade, está afastada dos perigos ameaçadores das ruas e bares*, pregavam eles (Rago, 1984: 37).

Neste contexto, a mortalidade infantil, que oscilava em torno de 150 óbitos por mil nascidos vivos, também foi utilizada como um elemento ideológico na luta pela coerção moral e disciplinarização do trabalhador operário. A questão era colocada como a *necessidade de refa-*

*zer os hábitos e comportamentos da família operária, uma vez que estes não tinham sido ainda racionalizados, higienizados e sujeitados aos padrões e valores das classes dominantes* (Rago, 1984: 42). Ou seja, a finalidade era um controle ainda maior do cotidiano do trabalhador.

A família constituía a unidade de produção. A absorção da mão-de-obra feminina e infantil, do ponto de vista do capital, reforçava os padrões de acumulação. A mulher já era um elemento importante na renda familiar desde o início do século. As indústrias têxteis e as confecções constituíram-se nos principais empregadores da força-de-trabalho feminina, em atividades que as mulheres já produziam nos quadros domésticos (Pena, 1981). Nessas indústrias as condições de trabalho eram péssimas, principalmente para esse tipo de trabalho feminino, considerado como profissão não-qualificada.

Aliás, nesse período, o trabalho da mulher esteve sujeito a contradições e intermitências: de um lado, o Código Civil de 1916 legitima a posição do homem como chefe da família, reforçando a mulher a ganhar menores salários e levando-a de volta ao lar. Rago analisa que *as classes dominantes perceberam que a redefinição das relações familiares possibilitariam o disciplinamento do trabalhador, apresentando um novo modelo de mulher: esposa - mãe - dona-de-casa, vigilante, ordeira, dessexualizada, preservadora da infância, de uma "família voltada para si mesma"* (p. 62). Houve forte influência da Igreja Católica na formulação dessas leis. De outro lado, as necessidades da indústria e da própria família operária impeliam a mulher a completar o orçamento doméstico.

Apesar da legislação, o trabalho infantil foi incorporado nas indústrias de São Paulo. Além de representar um auxílio na renda familiar, muitas vezes esse trabalho foi estimulado pelos próprios pais já que estes não tinham onde deixar os filhos durante seu expediente. Segundo o Código Sanitário, nos fins da década de 10 e início da de 20, as crianças eram impedidas de trabalhar caso não tivessem 12 anos de idade. Essa lei, contudo, foi sempre burlada: as crianças menores de 12 anos trabalhavam regularmente e seus salários era tão baixos quanto o das mulheres. Do ponto de vista da classe dominante, o emprego da força de trabalho infantil evitaria a vagabundagem e o desperdício das energias das crianças (Rago, 1984). Dessa forma, algumas indústrias chegavam a ter famílias inteiras dentro do processo de produção industrial, onde, muitas vezes, fazia-se contrato coletivo de trabalho (Paoli, 1984). Por outro lado, o interesse da burguesia paulistana era de estimular o casamento e a organização familiar do operariado: não admitia uniões livres, obrigando os trabalhadores a se casarem, sob pena de demissão (Fausto, 1970). Com o mesmo fim, também muitas fábricas não empregavam pessoas solteiras (Alvim, 1984).

A bibliografia baseada na experiência europeia aponta esse tipo de organização familiar como o domicílio da nascente família proletária (8), onde a contribuição dos salários das crianças torna-se necessária para a manutenção da relativa estabilidade doméstica (Secombe, 1983), fornecendo, em muitos casos, um aumento da fecundidade, ao contrário do que se propunha nas formulações clássicas da Transição Demográfica.

Frente às condições de vida e de trabalho impostas ao operariado paulistano começavam a surgir os primeiros movimentos dessa classe trabalhadora. Houve várias greves nesse período, porém com poucas repercussões imediatas: no final dos anos 20 e no decorrer dos



anos 30 estouraram muitas outras. As mulheres também incorporaram-se aos movimentos operários; contudo, aponta Rago, seus protestos iam mais em direção à exploração na fábrica que à sua subordinação na sociedade, sendo que o próprio discurso operário não levantou essa questão. Os princípios anarquistas desses movimentos atribuíam a mulher a função de gerar, criar filhos e facilitar a vida do homem no lar para que ele pudesse empenhar-se mais na luta social. Os anarquistas pregavam o amor-livre, criticavam a moral sexual, o casamento monogâmico, defendiam o divórcio, entre outros princípios (Barros, 1983).

Apesar de tudo, os anarquistas condenavam todas as formas de lazer, pois desviariam a consciência revolucionária da classe operária. Nos bairros operários italianos, no entanto, eram frequentes as festas, bailes e peças teatrais, onde o palco para tais acontecimentos era a rua. A rua, aqui, não se opunha à intimidade da vida privada; era um prolongamento desta, o cenário familiar do trabalho e das relações sociais. Essa dimensão da vida social também guarda traços com as primeiras etapas da evolução industrial nos países europeus. O tipo de família paulistana desse período assemelha-se à "família do Século XVII", em processo de modernização, na qual mulheres e crianças, de alguma maneira, participavam da vida do trabalho; existia uma hierarquia familiar representada pela figura do pai; havia uma divisão entre a vida pública e privada da família, embora esta concentrasse uma sociabilidade muito grande com vizinhos, parentes e amigos (a rua, por exemplo); o próprio sentido da casa evoluiu, com tendência à busca de instalação em casa própria (Ariés, 1981). Esse início do "sentimento da família" parece também estar presente nas famílias paulistanas das primeiras décadas do século XX.

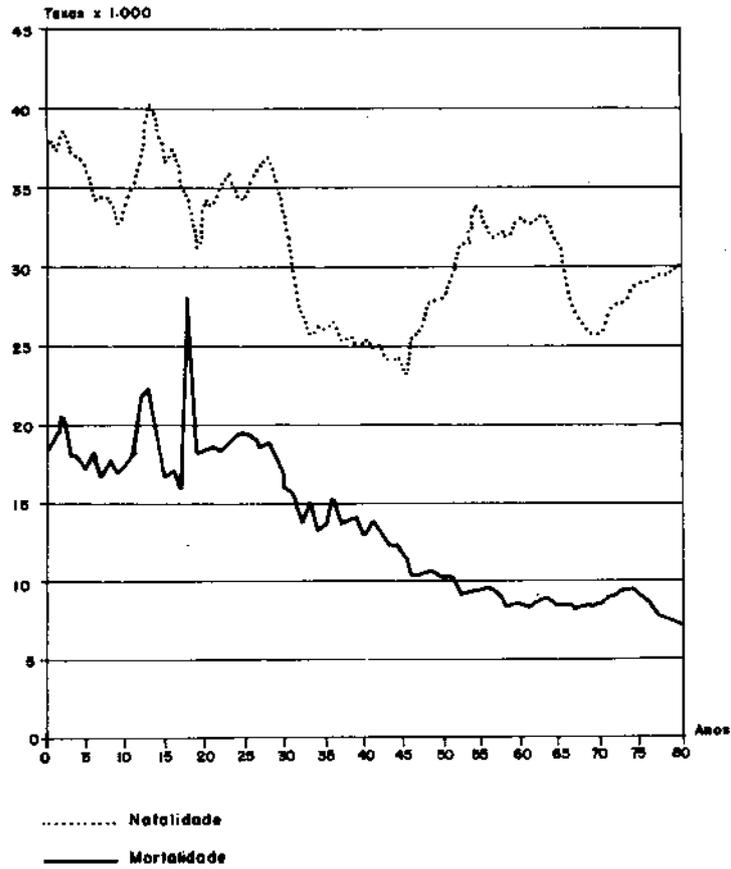
Essa etapa convive com uma fecundidade alta (medida pela natalidade) e níveis elevados de mortalidade na Capital (9) (Gráfico 1). A mortalidade geral e a mortalidade infantil merecem estudos mais aprofundados; nesse contexto, porém, as taxas coincidem. As altas taxas de mortalidade geral e infantil parecem justificar a reprodução em níveis mais elevados; por outro lado, a mão-de-obra infantil contribuía no orçamento doméstico. As condições de trabalho permitiam juntar fecundidade e trabalho da mulher. O estímulo à nupcialidade, registrando taxas entre 8 e 9 casamentos por mil habitantes no período, refletiu-se também na fecundidade. Assim, a suposta fecundidade elevada e a alta mortalidade, de um lado, e as condições de trabalho e de vida, de outro, parecem justificar o patamar elevado em que se encontravam as taxas de natalidade nesse período.

O final da década de 20, no entanto, já parece indicar um declínio da fecundidade, marcado por uma mudança no comportamento reprodutivo. Como indicio disso, além do gráfico da evolução das taxas de natalidade, já apresentado, a Taxa de Fecundidade Global (TFG), em 1920, registrou 128,7 nascimentos por mil mulheres entre 15-49 anos, enquanto que, em 1940, esta cifra baixou para 85,65 nascimentos.

### **1930-1956: o período de substituição de importações**

Esse período extenso, tanto do ponto de vista econômico como demográfico, na verdade merece uma subdivisão, até porque os anos de 45 a 56 – a fase da guerra e a etapa poste-

Gráfico 1  
Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade (x Mil)  
Município de São Paulo  
1900-1980



FONTE: Movimento do Registro Civil, Fundação SEADE.



nior - apresentam características um tanto distintas. Considerando o primeiro momento desse período (30-45), observa-se que o despontar da década de 30 foi marcado por uma atmosfera de luta e transformações iniciada no período anterior. Os movimentos operários por melhores condições de vida do trabalhador intensificaram-se, uma vez que a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial trouxeram conseqüências diretas para a classe trabalhadora.

As repercussões das greves de 1917-20 resultaram, de um lado, em poucas melhorias para a classe operária e, de outro, na mudança do discurso da classe dominante, que agora conta com maior participação do Estado. Passou-se de um discurso paternalista, onde a disciplinarização do proletariado somente resultaria em benefício dele mesmo, para um discurso do saber científico, no qual a partir das melhorias sociais (habitação, transporte urbano, saúde etc.) estabelecer-se-ia a obediência e a ordem nos meios operários. O discurso dos higienistas do período anterior passou então para engenheiros, arquitetos, sociólogos, médicos e advogados, os quais, através de seus saberes específicos, solucionariam os problemas da classe operária (Decca, 1987).

Em função das duas crises de 1929 (crise mundial e conseqüente crise do café), iniciou-se o processo de substituição de importações, implicando, portanto, numa expansão industrial, já que produtos anteriormente importados passaram a ser aqui produzidos. Essa expansão acentuou a intervenção do Estado nas esferas econômicas, políticas e sociais. Desse modo, tornou-se presente a regulamentação das relações entre a classe trabalhadora e o capital, principalmente através da legislação trabalhista (Paoli, 1984).

Os empresários industriais, no entanto, não eram a favor da legislação. O discurso empresarial acusava os trabalhadores de serem instáveis para merecerem tal legislação, permanecendo muito tempo fora do disciplinamento (dispensa por acidentes de trabalho, aposentadorias e pensões, férias, licença-maternidade etc.), provocando, assim, a "dissolução do caráter do trabalhador" (Paoli, 1984:448).

As condições concretas de existência da população trabalhadora continuavam sendo precárias e os salários, muito mais baixos que o custo de vida. Assim, a luta operária no período de 1927-1934 objetivava, principalmente, tais melhorias e o cumprimento do regime de oito horas de trabalho diárias (Decca, 1987).

A regulamentação da legislação trabalhista introduziu também o estabelecimento do salário-mínimo, o qual trouxe uma nova concepção de trabalho, o trabalho individual. Entretanto, somente o contrato de trabalho passou a ser individual, pois o trabalhador ainda não conseguia manter sua família com o que ganhava, continuando a inserir outros membros da mesma no mercado de trabalho.

O trabalho feminino continuava na mesma situação do período anterior. Suas reivindicações iam no sentido de maiores salários, limites de jornada de trabalho e contra a violência sexual. A influência anarquista, no anos 30, pregava a luta pelos direitos da mulher, a necessidade de instrução, da educação sexual dos jovens, a liberdade de amor, a maternidade livre e consciente e a independência da mulher à imposição social (Barros, 1983). Sua participação no mercado de trabalho continuava, contudo, sendo predominante nos setores não-qualificados.

A legislação trabalhista apresentada na década de 30, tinha, entre outras dimensões, um nítido sentido natalista. Em 1932 o Estado incorporava a questão do trabalho da mulher e infantil, mas induzia a volta da mulher ao lar, protegia o corpo feminino para a função reprodutora, concedia licença para mulheres grávidas, creches nos locais de trabalho e pausa para amamentação; o trabalho infantil era legalizado somente para aqueles acima dos 12 anos, com jornada inferior ao trabalho do homem e da mulher, e salários iguais, sem distinção de sexos. A legislação, no entanto, se opunha aos interesses dos empresários, que ameaçavam despedir trabalhadoras caso as despesas com maternidade não fossem assumidas pelo Estado (Rago, 1984). O resultado dessa contradição foi uma redução do trabalho da mulher na indústria, passando de uma participação de 52% do total feminino nas atividades econômicas, em 1920, para 44% em 1940.

A classe operária, até o início dos anos 30, era composta, fundamentalmente, por estrangeiros, na maioria italianos e seus descendentes. O término oficial da migração subsidiada ao Brasil, em 1927, diminuía ainda mais a entrada do elemento estrangeiro. Estas entradas já não se apresentavam com o mesmo volume do final do século passado: em 1920, a população estrangeira no Município representava 36% do total da população, decrescendo para 28% em 1934 e 21% em 1940.

A população da cidade de São Paulo, em 1930, alcançava 860.000 habitantes, chegando a um aumento de um milhão de pessoas até 1947. Dentre os componentes da dinâmica demográfica, a migração continuava sendo, sem dúvida, o elemento mais expressivo. Entre 1920 e 1934, o componente migratório representou 60% do crescimento da população, e, no período 1934-40, 69% (Goldani, 1983a). No entanto, as características desses fluxos migratórios diferiram consideravelmente dos movimentos havidos anteriormente. A década de 30 já trouxe um novo contingente de população à Capital: os migrantes nacionais, que passaram a constituir também o mercado de trabalho urbano.

O maior volume da migração nacional, nesse período, deu-se em direção à região sudeste do país, onde a capital do Estado de São Paulo consistiu no maior pólo de atração populacional. O volume interestadual apresentou-se mais expressivo no início dos fluxos internos provenientes, principalmente, das regiões de secas do Nordeste; o interior do Estado, no entanto, também registrou perdas migratórias com destino à cidade de São Paulo, em menor volume, provenientes de áreas rurais, desde meados dos anos 20 até os anos 60.

O início da chegada dos migrantes nacionais à cidade de São Paulo coincidiu com momentos e reflexos da crise econômica caeteira de 1929, seguido pelo *crack* da bolsa de Nova York, das revoluções de 1924, 1930 e a Constitucionalista de 1932, bem como com da Segunda Guerra Mundial (1939-45). Diante dessas características, esse parece ter sido um período em que o desemprego alcançou grandes magnitudes (Decca, 1987). Assim, analisa Cano (1977), as novas medidas econômicas iniciadas nesse período, culminando com a chegada dos migrantes nacionais, geraram dois fenômenos simultâneos: os migrantes engrossaram as fileiras de mão-de-obra e contribuíram para o achatamento dos salários. De fato, tais migrantes aceitavam salários menores que a classe trabalhadora já existente na Capital (10), que já vinha, há quase trinta anos, batalhando por melhores condições de remuneração.



Assim, em meados da década de 30, começou a haver uma mudança nas características do operariado paulistano. A mão-de-obra industrial foi sendo substituída pelos migrantes internos, principalmente nas tarefas que não requeriam grande qualificação. O trabalhador urbano ligado a outras atividades não-industriais, com a diversificação das atividades econômicas, passou a ser melhor remunerado que a antiga classe operária estrangeira, uma vez que a classe operária agora, crescentemente composta por migrantes nacionais, sujeitava-se a baixos salários (Decca, 1987).

A evolução das taxas de natalidade nesse período apresentou uma queda significativa. Até o final da primeira metade dos anos 20, as taxas situavam-se entre 34 e 38 nascimentos por mil habitantes; em 1928 aproximadamente, iniciou-se uma queda acentuada da natalidade, onde as taxas passaram a registrar, em média, 26 nascimentos por mil até 1945, retomando níveis mais elevados no período posterior.

Para o entendimento dessas oscilações é interessante observar a evolução das taxas de mortalidade. A mortalidade geral já apresentava, nesse período, níveis bem inferiores aos do começo do século, em torno de 14-15 óbitos por mil habitantes. As taxas de mortalidade infantil registraram até 1936 os mesmos níveis do período anterior, em torno de 150 óbitos por mil nascidos vivos; a partir de então, essas taxas começaram a cair significativamente, chegando a registrar, em 1945, 101. É interessante, ainda, registrar os índices relativamente elevados de mortalidade materna relacionada às complicações ligadas à gravidez, ao parto e abortos, que se encontravam, nos anos 30, em torno de 420 óbitos maternos por cem mil nascidos vivos. Na década seguinte essa taxa reduziu-se à metade (Ferreira & Ceneviva, 1986). Além disso, certas enfermidades transmissíveis e responsáveis pela esterilidade ou perdas fetais, como é o caso da sífilis, que apresentava uma taxa de 10 óbitos por cem mil habitantes em 1920, passou para 40 óbitos em 1928, mantendo-se elevada até 1942 (Berquó & Gomes, 1986). Há coincidência temporal entre esses níveis de mortalidade específicos e os de natalidade mais baixos, o que sugere serem, essas dimensões, também responsáveis pelo patamar mais baixo na curva de natalidade.

Por outro lado, a nupcialidade parece não ter influenciado esse declínio da natalidade, pois as taxas brutas de nupcialidade do período mantiveram-se no mesmo patamar das primeiras décadas deste século: em média, oito casamentos por mil habitantes, apesar das oscilações. No entanto, a idade média ao casar encontrava-se elevada – 28 anos para os homens e 23 para as mulheres (Madeira, 1978). Segundo Sawyer (1983), os migrantes recém-chegados postergavam os casamentos como estratégia de inserção no novo meio. Assim sendo, considera este um dos fatores que contribuíram para o declínio da natalidade no período. O aumento da natalidade no período pós-45 seria um reflexo dessa nupcialidade adiada. Constatou-se, no entanto, que nos anos 1930-45, a nupcialidade dos brasileiros residentes na Capital (separando-a de outras nacionalidades) começou a aumentar, permitindo portanto supor que esse aumento também incluiu a nupcialidade dos migrantes nacionais. O motivo da idade média ao casar apresentar-se elevada em São Paulo, nesse período, pode-se dever tanto aos padrões de idade ao casar trazidos pelos estrangeiros, como ao fato de que a idade de chegada dos migrantes (estrangeiros e nacionais) não se dá no início das idades jovens. Observando-se a razão de sexos, no período, também verifica-se não ter havido um déficit masculino considerável que justificasse o adiamento de casamento: esta registrava 98 homens para 100 mulheres. Assim,

parece não ter sido, a nupcialidade, responsável pelas alterações nos níveis de natalidade

O fato é que as lutas sindicais, o momento político, as condições de vida, as transformações sócio-econômicas e culturais das décadas de 20/30 são suficientemente fortes para balizar a hipótese de uma influência ao nível da organização familiar de determinados grupos sociais, em processo de proletarização (Paoli, 1984).

Isso vai corroborando a idéia de uma mudança mais profunda ao nível do comportamento reprodutivo. Torna-se aceitável então a hipótese de que a migração estrangeira, principalmente para as gerações posteriores mais imediatas, teria influenciado alterações na fecundidade manifesta durante os quinze anos de declínio das taxas de natalidade. A influência anarquista, por exemplo, foi muito expressiva, talvez com maior ênfase no período anterior, principalmente no que tange aos direitos da mulher. Enquanto o *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, em 1934, publicava que *a consequência do trabalho feminino é a diminuição de nascimentos*, ou *o reflexo social do trabalho sobre a vontade de gerar é negativo*, ou ainda *a mãe ativa é quase sempre forçada a negligenciar os cuidados com a família, os filhos e a educação* (Pena, 1981), o movimento anarquista questionava a situação da mulher frente à maternidade e ao casamento. Vários foram os textos e livros publicados para a divulgação dessas idéias. Maria Lacerda de Moura, em 1922, publicou o texto *A mulher é uma degenerada?*, onde tratou dessas questões, pregando o amor livre, a negação do casamento monogâmico eterno (“o casamento é a morte do amor?”), a defesa do divórcio, a crítica aos comportamentos sexuais rotulados etc.. Em 1932 lançou o livro *Amai e não vos multipliqueis*, no qual a emancipação da mulher recusaria o casamento monogâmico e a imposição do cônjuge, resultando na proposta de uma nova forma de relacionamento afetivo (Leite, 1983). Os jornais sindicais da época também divulgavam esses princípios, expandindo-os para um universo maior da população.

Nesta etapa parece se configurar um tipo de família que também guarda semelhanças com os de países de desenvolvimento de capitalismo originário, ou seja, um encaminhamento para o **tipo de família do proletariado maduro**, com uma tendência à constituição do modelo: pai trabalhando, filho na escola e mãe dona-de-casa. É aceitável a hipótese de que a família proletária, formada em grande parte por migrantes europeus, caminhasse para um tipo de família menor. No entanto, esse modelo rompe-se no período posterior, com a intensificação da chegada de outro tipo de população

Num segundo momento dessa periodização (45-56), com o término da Segunda Guerra Mundial, o espírito democrático chegava ao Brasil. A queda da ditadura getulista, 1945-46, estimulou toda uma movimentação social pela democratização, tanto que a Constituição de 1946 apresentou-se mais aberta às idéias liberais.

A expansão industrial iniciada nos anos 30 perdurou, mais ou menos, até 1956, quando o processo de substituição de importações alcançou alguns de seus limites (Lessa, 1983). De qualquer forma, o processo de substituição de importações no Brasil conduziu a economia a um ritmo mais acelerado de desenvolvimento, resultando, além de um agravamento das pressões inflacionárias, nos desequilíbrios regionais. O Estado de São Paulo, em particular a sua capital, concentrou fortemente esses novos ramos da indústria, expandindo também o setor terciário.



A Capital continuava a ser o grande pólo de atração populacional, recebendo agora também, em maior volume, os migrantes internos procedentes do interior do Estado, principalmente de áreas rurais: entre 1940 e 1950, do crescimento total da população, 72% correspondeu ao crescimento migratório (Goldani, 1983a).

As taxas brutas de natalidade, nesse período de 1945-56 (Gráfico 1), voltaram a aumentar, chegando a registrar, em 1954, o nível de 34 nascimentos por mil habitantes. Essa elevação pode estar relacionada à maior incidência de migração familiar, característica dos migrantes nacionais (11), e ao aumento da nupcialidade verificada no Município, entre os anos 1949-55), em média 10 casamentos por mil habitantes. A mortalidade continuava sua queda iniciada nos anos 40, em torno de 10 óbitos gerais por mil habitantes, e a mortalidade infantil baixou para níveis de 85 óbitos por mil nascidos vivos, uma taxa alta porém inferior à da etapa anterior.

A retomada de elevadas taxas de natalidade se estende, no entanto, ao período 1956-65, correspondendo, portanto, a outra etapa de desenvolvimento econômico do país. Observa-se a defasagem existente entre a periodização econômica e a série demográfica. Do ponto de vista demográfico, é possível pensar-se numa predominância do tipo de família do operariado moderno, configurada no período anterior, amplamente composto por imigrantes europeus. A nova etapa econômica suscita a expressão, em termos estatísticos, de níveis demográficos amplamente derivados dos crescentes contingentes de migrantes nacionais, com padrões distintos de reprodução. A defasagem temporal expressa-se, nos níveis de natalidade, entre os anos 45 e 64.

### **O período 1956-1980**

Esta periodização tão longa merece também uma subdivisão: os períodos pré e pós-64 caracterizaram-se por transformações profundas na sociedade tanto a nível econômico como político, social e demográfico.

Num primeiro momento dessa periodização (1956-64), várias foram as mudanças econômicas ocorridas. No início dessa etapa, com o Plano de Metas 1956-1961, houve a passagem da industrialização restringida (ou substituição de importações) para a industrialização pesada, onde o planejamento foi conjugado entre Estado/capital estrangeiro/capital nacional. Assim, com a implantação de novas empresas, quer seja pelo Estado ou pelo capital internacional, houve a criação de novos espaços econômicos e novos setores pequenos, atraindo a população migrante para os grandes centros urbanos. Após 61, com a instalação da indústria de bens de produção no Brasil, a dinâmica da economia passou a depender da própria dinâmica interna.

Nesse contexto, era indiscutível a significativa força de atração da cidade de São Paulo: na década de 50, 58% do crescimento da população deveu-se ao componente migratório, sendo 42% referentes ao componente vegetativo. Apesar do decréscimo relativo da participação da migração nesse período, esta ainda contribuiu com mais da metade do crescimento

total; por outro lado, o crescimento vegetativo aumentou sua participação em relação ao período anterior, em torno de 20%. Esse aumento deveu-se, em parte, ao efeito indireto do próprio movimento migratório e também ao efeito da queda da mortalidade concomitantemente a um aumento da natalidade evidenciada no período.

De fato, o aumento das taxas brutas de natalidade iniciado em 1945 prosseguiu, configurando novamente um patamar elevado entre 1956-64, em torno de 33 nascimentos por mil habitantes. A nupcialidade também configurou um patamar elevado, com uma taxa em torno de 9 casamentos por mil habitantes. Vale ressaltar que a natalidade desse período correspondia quase que exclusivamente aos nascimentos de filhos de brasileiros com antecedentes também brasileiros. Os nascimentos de filhos com antecedentes de origem estrangeira estariam agora na sua quarta ou quinta geração, os quais já poderiam ter perdido as influências estrangeiras das décadas passadas: além disso, a participação da população estrangeira correspondia apenas a 14% do conjunto da população paulistana nesse período. De outro lado, a mortalidade geral seguia em seu acentuado declínio, registrando em torno de 8,5 óbitos por mil habitantes. Esta queda fez-se sentir também na mortalidade infantil, que baixou para 70 óbitos por mil nascidos vivos, em média, no período. O efeito conjunto desses componentes aliados à migração fez com que o Município apresentasse uma taxa de crescimento na ordem de 5,16% a.a., no período 1950-60. Este crescimento continuava a ser mais elevado que o verificado no Estado e no interior, 3,38 e 2,76% a.a., respectivamente.

Durante esse período, o modelo econômico propiciou ao setor terciário – que já era significativo na Capital desde as primeiras décadas – expandir-se ainda mais. A maioria da mão-de-obra feminina, segundo o Censo de 1950, distribuía-se entre as atividades industriais (39,7% do total das mulheres ocupadas) e no setor de serviços (38,4%). Embora a participação masculina fosse predominantemente industrial (46,5% do total), também nas atividades ligadas ao terciário essa mão-de-obra continuava aumentando sua participação. A grande expansão do setor terciário, nesse período, já suscita um fenômeno bastante conhecido: o surgimento de atividades não-capitalistas – autônomos, trabalhadores por conta própria, serviços domésticos etc. – embutidos, também, no mercado de trabalho urbano. Acaba ocorrendo uma alteração nas etapas da evolução do capitalismo europeu, onde as atividades do setor informal não-capitalista são recriadas à medida que o capitalismo avança, atingindo, assim, os grupos sociais em questão de maneira diferenciada, ou melhor, afasta-se mais do tipo de família do proletariado maduro, configurando diferenciais acentuados quanto aos padrões de reprodução. A constituição desses diferenciais perpassam várias dimensões da sociedade.

Com a democratização, a sociedade, nesse período, abria-se para o “mundo moderno”. O pensamento católico, que desde os tempos coloniais exerceu influência muito grande em todos os níveis da sociedade, inclusive com muita ênfase em relação à mulher e à família, começou a perder alguma força em função das novas idéias liberais que começavam a se difundir, principalmente pela urbanização e pela presença da burguesia nacional (Azzi, 1987). Segundo este autor, a difusão de colégios protestantes contribuiu para a mudança no relacionamento entre os sexos. A educação dos filhos passou a ser o centro das famílias, e foi através dela que o sentimento da infância e da família se exprimiu entre seus membros, justamente pela proximidade que proporcionou (Ariés, 1981); o pai, entretanto, continuava detendo a autoridade máxima na família.



De fato, o período 45-64, apesar de ser considerado democrático, apresentou poucas alterações na legislação da família. Na verdade, somente foram alteradas a lei de 1949, que reconhece os filhos ilegítimos, e a lei de 1962, que rege sobre o "Estatuto da Mulher Casada" (12). Segundo este estatuto, o homem, como chefe da casa, deve manter o sustento da família, mas a mulher pode ser "colaboradora" no orçamento familiar. Alves & Barsted (1987) consideram que a nova lei não correspondeu às mudanças mais profundas de igualdade entre os sexos, coerentes com o momento histórico brasileiro, ou seja, *o modelo jurídico familiar mostrou-se funcional tanto no período autoritário como no democrático, ambos fortalecendo a família nuclear* (p. 170).

Se o modelo jurídico era o da família nuclear, para a reprodução da ideologia dominante, muitos foram, no entanto, os arranjos conjugais e familiares encontrados nesse período. Embora se tenha informações apenas para a população brasileira em seu conjunto, estas podem dar uma idéia dos diferentes tipos de família coexistentes. O trabalho de Mortara (1961), utilizando os dados censitários de 1950, ilustra a grande participação de mães-solteiras: dos 36% da população feminina brasileira, 13% já tinham tido filhos. Os estudos de comunidades realizados nos anos 40, e especialmente nos anos 50 (Oliveira, 1979), apresentaram formas de união - civil, civil e religioso, religioso e consensual - muito distintos em cada um dos contextos regionais estudados. Além disso, esses estudos indicaram que a imagem da mulher passiva não era generalizável: quer na lavoura ou na cidade o trabalho da mulher sempre fez parte do orçamento doméstico, quando não constituía a renda principal. O Censo de 1960, segundo Lopes (1976), apontou uma participação de 69% de famílias nucleares, 22,2% de famílias expandidas e 5,3% de famílias unipessoais. Apesar de não existirem dados censitários disponíveis a nível da Capital, nesse período, é de se supor que as famílias expandidas constituíssem um percentual elevado, já que os migrantes nacionais com destino ao Município, na sua grande maioria, chegaram em unidades familiares expandidas (13).

Apesar dos modelos "alternativos", o modelo de família, nesse período, passou por uma privatização ainda maior. Romanelli (1986) destaca que o intuito era cada vez mais transferir, para o domínio do privado, as relações de poder e de contradição da sociedade. De fato, a trajetória da modernização da família passou por esse caminho: *separar-se do mundo e opor à sociedade o grupo solitário dos pais e filhos* (Ariés, 1981: 271).

No entanto, dos efeitos "modernizadores" em emergência, é de se supor, só participaram as camadas mais altas da população: a classe média paulistana desse período, por exemplo, era tipicamente nuclear e apresentava menor número de filhos (Romanelli, 1986). Em termos quantitativos, as taxas de natalidade no Município, em patamar mais alto no período 45-64, refletem, principalmente, os efeitos da mudança acentuada na composição populacional e a força das migrações internas.

A segunda etapa dessa periodização, de 1964 até os anos 80, caracterizou-se, do ponto de vista econômico, por uma desaceleração até 1967 e por uma retomada do crescimento no período 1968-1973, com o "milagre econômico"; da metade dos anos 70 para frente, houve uma grande crise econômica, que se perpetuou nos anos 80, onde a população assalariada sofreu uma grande perda do seu poder aquisitivo, gerando maior número de desempregados.

Do ponto de vista populacional, a análise do momento recente da transição demográfica assume características distintas da análise dos momentos anteriores. Isso porque, nos últimos vinte anos, o declínio da fecundidade faz parte de um processo de transformação da sociedade brasileira em seu conjunto, embora São Paulo-Estado, e principalmente sua capital, tenham precedido essa transformação mais ampla.

A partir de 1965 assistiu-se a uma queda generalizada da fecundidade em todo o país, tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais. O período 1970-76 tornou mais nítido esse declínio, principalmente para mulheres de baixo rendimento (Merrick & Berquó, 1983).

Esse processo de mudança tem sido objeto de interessantes interpretações. Para Paiva (1985), é o processo de proletarização o desestabilizador dos níveis de fecundidade a partir da década de 60. A base da referida desestabilização é o desenvolvimento de um mercado de subsistência, sendo que o mercado de trabalho e o mercado de bens constituem os eixos centrais das profundas mudanças de comportamento, operando em um espaço de tempo mais curto quando comparado com a experiência de países de capitalismo avançado. Para tanto, foi necessária a atuação de três processos simultâneos: monetização da subsistência da família, diversificação da cesta de consumo e homogeneização do mercado de trabalho não-qualificado.

Tanto quanto a desestabilização recente, os determinantes de uma estabilidade da fecundidade durante um período relativamente longo são intrigantes. É de se supor que unidades menores possam evidenciar oscilações que os dados a nível nacional, representando a resultante de situações distintas, não revelam – o caso de São Paulo é bem ilustrativo. Assim, torna-se necessário detectar que outros mecanismos estariam interagindo, escapando de uma explicação derivada apenas do processo de trabalho.

Em outro texto, Carvalho, Paiva & Sawyer (1981) atribuem, à recente queda da fecundidade, a conjugação de dois fatores: um, estrutural – a intensificação do processo de proletarização –, e outro, cíclico – a queda do padrão de vida entre amplos segmentos da população. Leva-se em conta ainda o efeito no consumismo da classe média, aumentado a partir do “milagre”.

Além dessas dimensões, a sociedade brasileira passou também por mudanças significativas em várias esferas da vida social (Faria & Silva, 1983). O período anterior, como já foi mencionado, caracterizou-se por nítidos diferenciais de fecundidade. A pesquisa sobre *Reprodução Humana no Distrito de São Paulo*, realizada entre os anos 65 e 67, por exemplo, já havia demonstrado que diferentes grupos sociais exibiam padrões distintos de comportamento reprodutivo (Berquó et al., 1977; Patarra, 1976). Este período atual exibe, por sua vez, uma tendência à homogeneização desse comportamento. É possível que as próprias carências e precárias condições de existência de amplos setores da população paulistana tenham condicionado acentuadas alterações no sentido de diminuição da prole: é evidente, contudo, que essa diminuição não está propiciando uma melhoria nas condições de vida, como há muito propalavam defensores do planejamento familiar (Berquó, 1983).

No que se refere à família brasileira, o Censo de 1980 registrou características interessantes, associadas ao declínio da fecundidade: um aumento no percentual de famílias nu-



cleares (de 78,4% em 70, para 80,7% em 80): uma tendência a diminuição no tamanho médio da família (de 5 elementos em 1960, para 4,4 em 1980): uma redução na participação de famílias extensas, porém um significativo aumento de famílias chefiadas por mulheres (Lopes, 1976; Goldani, 1983b). Por outro lado, constatou-se uma diminuição de casamentos religiosos, enquanto houve um aumento de uniões apenas civis, um significativo aumento de uniões livres e uma duplicação no número de mulheres solteiras chefes de família e domicílios unipessoais (Goldani, 1983b; Berquó & Loyola, 1984).

Se para o Brasil como um todo, a participação de famílias expandidas não se apresentou significativa, o mesmo não aconteceu para a cidade de São Paulo. A pesquisa realizada pelo DIEESE em 1981, na Grande São Paulo (14), apresentou, para a Capital, 74% de famílias nucleares, seguidas de 20,3% de famílias extensas; estas foram as categorias predominantes. Frente às condições concretas de existência da população, em particular a questão habitacional e a crise econômica, a expansão da família parece ser a solução encontrada por essas camadas da população para a manutenção biológica da família. Blay (1981), num estudo em seis vilas operárias na cidade de São Paulo, encontrou uma cifra de 70% de entrevistados que, em algum momento de sua vida depois do casamento, já haviam repartido habitação com pais, sogros e outros parentes.

Segundo ainda os dados do DIEESE, Bruschini (1986) afirma que uma parte dessas famílias extensas no Município são chefiadas por mulheres (15,7%), das quais 40% apresentam um rendimento médio mensal até dois salários mínimos, enquanto que, para as famílias chefiadas por homens, essa cifra cai para 16%. Apesar de as famílias chefiadas por mulheres apresentarem um número menor de filhos (Goldani, 1983b; Bruschini, 1986), a união com outros parentes pode significar a solução encontrada, pelo menos para aquele momento do ciclo vital, para enfrentar tanto as dificuldades econômicas como o cuidado com os filhos. Dentre as famílias chefiadas por mulher, a autora encontrou um percentual considerável de famílias unipessoais na cidade de São Paulo, em virtude talvez de maiores oportunidades diversificadas de trabalho. Ou seja, a situação da mulher vem-se transformando de uma maneira tão significativa dentro da sociedade que termina por suscitar novos fenômenos como estes acima apontados.

Essas especificidades refletem bem as alterações estruturais e culturais por que vem passando a sociedade brasileira nos últimos vinte anos: a adoção da instituição do divórcio; a emergência de novos padrões sexuais, a partir da introdução da pílula anticoncepcional; o movimento feminista; o aumento da participação da mulher na força-de-trabalho, entre outros. Por outro lado, devem-se considerar os níveis de fecundidade e mortalidade na transformação da estrutura familiar. Goldani (1983b) ressalta que a influência desses componentes sobre o tamanho e composição da família se dá diretamente pela sobrevivência e inclusão de novos membros da família e, indiretamente, através do efeito que exercem sobre as estruturas por idade e sexo da população, as quais, somadas a outras variáveis sócio-econômicas são determinantes no tamanho e composição da família.

Nesse contexto, a dinâmica da população paulistana apresentou novas características. A taxa de crescimento do Município diminuiu para 3,7% a.a., igualando-se ao crescimento do Estado e do interior. O processo de descentralização relativa da atividade industrial da Região Metropolitana propiciou um aumento nos movimentos migratórios com destino ao interior do

Estado (Cunha, 1986), que, de um saldo migratório negativo de 454.443 emigrantes nos anos 60, passou a um ganho populacional de 752.318 imigrantes nos anos 70. Assim, o componente migratório contribuiu, pela primeira vez, com menos da metade na participação do crescimento total da população paulistana: 44% contra 56% do componente vegetativo.

O aumento da participação do crescimento vegetativo deveu-se, além de à diminuição do saldo migratório, ao nível relativamente baixo que a mortalidade geral registrou, em torno de 7,5 óbitos por mil habitantes. Apesar de a mortalidade infantil ter apresentado um ligeiro aumento entre os anos 60 até metade da década de 70, esta voltou a registrar taxas menores no final do período: 54 óbitos por mil nascidos vivos em 1980. De outro lado, a curva das taxas brutas de natalidade, depois da queda generalizada na segunda metade dos anos 60 (em média, 26 nascimentos por mil), voltou a apresentar uma cifra em seus níveis, em torno de 28 nascimentos, até o final dos anos 70. Essa pequena oscilação está associada, entretanto, ao próprio efeito dos movimentos migratórios anteriores; ao aumento da nupcialidade verificado no período – que passou de uma taxa de 6,5 entre 65-70 para 8,2 casamentos por mil habitantes nos anos 70 – e à maior sobrevivência de mulheres nascidas no final da década de 50 e início da de 60, portanto em idade reprodutiva nos anos 70 (Wong, 1982).

Essa tendência à queda da fecundidade prossegue nos anos 80: a primeira metade desta década já registrou um decréscimo de 20% nos nascimentos (Wong, 1987), onde as taxas de fecundidade total apresentaram-se distribuídas da seguinte maneira:

Anos	TFT (Filhos por Mulher)
1980	3,01
1981	2,99
1982	3,04
1983	2,73
1984	2,50
1985	2,42

**FONTE:** Wong & Giraldeili, 1986 (Estatísticas Vitais).

Notam-se pequenas oscilações nessas taxas, em alguns anos, suscitando os possíveis efeitos conjunturais de crise.

Essas são algumas características que acompanharam as transformações demográficas e, em particular, as transformações na fecundidade, no caso específico de São Paulo. Adiantando-se a um movimento maior que ocorre no país como um todo, o declínio da fecundidade representa, sem dúvida, uma tendência à homogeneização dos diferenciais encontráveis na década passada. Há de se convir, no entanto, que a homogeneização numérica não deve encobrir as desigualdades por trás das trajetórias e resultantes do tamanho de família para distintos grupos sociais.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se explorar, ao longo deste texto, dimensões significativas ao entendimento da transição demográfica que possam contribuir para um debate referido ao esforço atual de reconceituá-la.

Para tanto, o texto suscita uma discussão a respeito da utilização da série histórica proveniente das Estatísticas Vitais juntamente com a observação de unidades menores para se poder apreender momentos e movimentos da evolução demográfica. Assim, é possível indicar períodos para aprofundamento e lançar hipóteses a respeito. A própria evolução dos dados demográficos sugere um acompanhamento mais detalhado de alguns períodos. Este trabalho beneficiou-se, então, da bibliografia existente acerca dos movimentos estruturais e conjunturais da cidade de São Paulo bem como sobre transformações sócio-políticas. No entanto, esta bibliografia apresenta-se mais diversificada e rica para as quatro primeiras décadas deste século do que para períodos posteriores. Constituem próximos passos deste estudo um maior entendimento dos períodos recentes.

Parece ser promissora a idéia de se pensar a articulação de influências estruturais e conjunturais na configuração dos níveis e tendências demográficas ao longo do processo de transição. Além disso, a tentativa de reconstruir a inter-relação de dimensões (econômicas, ideológicas, culturais, políticas etc.) em cada situação concreta pode desvendar também o efeito da estrutura e dinâmica demográfica sobre a dinâmica social e não apenas a direção explicativa usual, na qual as variáveis demográficas tendem a aparecer sempre como "variáveis dependentes".

Nesse sentido, procurou-se explorar o efeito direto e indireto, quantitativo e qualitativo dos movimentos migratórios ao longo da trajetória histórica. Até aqui, as evidências são apenas explorativas, mas é possível avançar no sentido de sua incorporação como uma das dimensões significativas.

A reflexão teórico-metodológica aqui iniciada objetivou explorar as possibilidades de estudo de etapas e tipos como forma de permitir a apreensão de oscilações significativas; acredita-se que o aprofundamento da abordagem e uma reflexão comparativa possam, com outras situações históricas, oferecer insumos teóricos importantes.

## NOTAS

1. Uma revisão das principais contribuições, bem como uma reflexão a respeito de transferência de modelos europeus para o caso de sociedades latino-americanas encontra-se em Patarra & Ferreira (1986).
2. Este estudo constitui parte da pesquisa iniciada no final de 1983, *Transformação sócio-econômica e dinâmica demográfica no Estado de São Paulo*, realizada no NEPO/UNICAMP.

3. Ver 2º Relatório da pesquisa acima mencionada
4. Utilizaram-se as taxas brutas de natalidade e mortalidade do início do século até os nossos dias, muito embora se saiba que essas medidas indiquem aproximações, uma vez que refletem os efeitos da estrutura etária da população e da qualidade dos dados, variável durante o período: essas informações, no entanto, são as existentes e as únicas que possibilitam acompanhar a evolução das tendências demográficas a longo prazo, em suas oscilações e inflexões.
5. O objetivo desta descrição é apontar tendências, períodos e inflexões, e relacioná-las aos momentos históricos significativos. Para tanto, considera-se, neste texto, apenas a curva de mortalidade geral; qualquer aprofundamento sobre as condições de mortalidade deve lançar mão de outras medidas
6. Estima-se que, no período 1887-1890, entraram 909.417 migrantes estrangeiros nesse Estado (Camargo, 1981); embora não existam estimativas para a Capital, esta apresentou, para o mesmo período, um crescimento populacional da ordem de 200%.
7. Oliveira (1988) aponta que, na verdade, até um determinado momento, a urbanização era um processo mais ou menos generalizado no Estado, pouco distinguindo-se a Capital das demais cidades do interior. A intensificação desse processo de urbanização expressou uma divisão social do trabalho mais acentuada, reforçando a tendência da cidade de São Paulo como centro de concentração da atividade econômica nacional.
8. Tilly e Scott (1978) caracterizam esse tipo de organização familiar como *the family wage economy*.
9. Uma das dificuldades no avanço de estudos sobre a transição demográfica é o pouco conhecimento que se tem sobre o século passado: algumas evidências apontam para a primeira metade (Marcello, 1974; Van Valle, 1977), mas se desconhece informações até o final do século.
10. A respeito da substituição da classe operária estrangeira para a nacional no Município, ver Decca, 1987
11. Os migrantes nacionais com destino à Capital, registrados na Hospedaria dos Imigrantes nesse período, eram predominantemente membros de unidades familiares.
12. Uma análise detalhada da evolução da legislação sobre a família no Brasil encontra-se em Alves & Barsted, 1987.
13. Das famílias de migrantes nacionais chegados à Capital, no período de 1920-1960, e registradas na Hospedaria dos Imigrantes, 57% eram famílias expandidas. Ver Relatório da pesquisa *Migração na transição demográfica: o caso de São Paulo, 1900-1980*. NEPO/ UNICAMP, 1987.



14. A pesquisa intitulada *Padrão de vida, emprego, renda e condição de moradia da população da Grande São Paulo* encontra-se detalhada, teórico-metodologicamente, em Bruschini, 1986.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, R. - 1982. *Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola*. São Paulo, Hucitec/CNPq
- ALVES, B. & BARSTED, L. - 1987. Permanência ou mudança: a legislação sobre a família no Brasil. In: Ribeiro, J. (org.) *Sociedade brasileira contemporânea: família e valores*. São Paulo, Loyola.
- ALVIM, M.R.B. - 1984. "Família e proletarização industrial: a constituição de um 'mercado de trabalho' específico a uma grande fábrica têxtil". In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais do Quarto Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Aguas de São Pedro, ABEP. v. 1. p. 393-442
- ALVIM, Z. - 1986. *Brava gente: os italianos em São Paulo, 1870-1930*. São Paulo, Brasiliense.
- ARAÚJO FILHO, J.R. - 1958. "A População paulistana". In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. *Cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo, Nacional. v.2.
- - 1955. *O Café: riqueza paulista*. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, (23).
- ARIÈS, P. - 1981. *História social da criança e da família*. 2 ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- AZZI, R. - 1987. "Famílias e valores no pensamento brasileiro, 1870 - 1950: um enfoque histórico". In: Ribeiro, J. (org.). *Sociedade Brasileira contemporânea: família e valores*. São Paulo, Loyola.
- BANDEIRA JÚNIOR, A.F. - 1901. *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901*. São Paulo. (Typographia do Diário Oficial).
- BARROS, M.S.L. de - 1983. *As mulheres trabalhadoras e o anarquismo no Brasil*. Campinas, UNICAMP. (Tese apresentada à UNICAMP/FCH, para obtenção do título de Mestre).
- BERQUÓ, E. - 1983. "Algunas consideraciones sobre la transición demográfica en Brasil". In: *Memórias del Seminario Latinoamericano de Población y Desarrollo*. México.

- BERQUÓ, E. & GOMES, C. – 1986. “O Impacto da sífilis no declínio verificado na fecundidade no período 1928-1945 na capital de São Paulo”. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Núcleo de Estudos de População: CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES. *População e Saúde* Campinas. UNICAMP. v. 2.
- BERQUÓ, E. & LOYOLA, M. A. – 1984. União dos sexos e estratégias reprodutivas no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 1(1/2): 35-98, jan.-dez.
- BERQUÓ, E. et al. (ed.) – 1977. *A Fecundidade em São Paulo: características demográficas, biológicas e sócio-econômicas*. São Paulo, CEBRAP/Editora Brasileira de Ciências.
- BLAY, E. – 1981. *Casa, família e propriedade*. Friburgo. (Apresentado em: Quinto Encontro da ANPOCS, Friburgo, RS).
- – 1978. *Trabalho doméstico: a mulher na indústria paulista*. São Paulo, Ática.
- BÓGUS, L.M.M. – 1981. *Vila do Encontro: a cidade chega à periferia*. São Paulo, FAU/USP (Tese apresentada à Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de Mestre).
- BOSI, E. – 1983. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BRUSCHINI, M.C. – 1986. *Estrutura familiar e vida cotidiana na cidade de São Paulo*. São Paulo, FFLCH/USP (Tese apresentada à Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, para obtenção do título de Doutor).
- CALDWELL, J. – 1976. Toward a restatement of demographic transition theory. *Population and Development Review*. New York.
- CAMARGO, J.F. – 1981. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. 1 ed. São Paulo, IPE/USP.
- CANO, W. – 1977. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2 ed. São Paulo, DIFEL.
- CARVALHO, J.A.M. de al. – 1981. *A Recente queda da fecundidade no Brasil: evidências e interpretação*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG.
- CHESNAIS, J.C. – 1977. *La Transición demographique: étapes, formes, implications*. Paris, Institut D'Études Politiques, octobre.
- COALE, A. – 1973. “The Demographic transition”. In: INTERNATIONAL UNION FOR THE SCIENTIFIC STUDY OF POPULATION. *International Population Conference*. Liège, IUSSP. v. 1, p. 53-72.



- CUNHA, J.M.P. da - 1986. "Os Deslocamentos populacionais da década de 70 na Grande São Paulo: um enfoque das correntes migratórias" In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais do Quinto Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Águas de São Pedro, ABEP. v. 2, p. 625-648.
- DEAN, W. - 1975. "A Industrialização durante a República Velha". In: Fausto, B. (org.) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, DIFEL. cap. 2.
- DECCA, M.A.G. - 1987. *Coudiano operário fora da fábrica: São Paulo, 1920-1934*. São Paulo.
- FARIA, V. - 1978. "O Processo de urbanização no Brasil: algumas notas para o seu estudo e interpretação". In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais do Primeiro Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo, ABEP.
- FARIA, V. & BARROS SILVA, P.L. - 1983. *Transformaciones estructurales, políticas sociales y dinámica demográfica: discusión de um caso, Brasil 1950-1980*. México. (Apresentado no Seminário Latinoamericano de Población, UNAM/PISPAL, México).
- FAUSTO, B. - 1970. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo, Difel.
- FERREIRA, C.E. de C. & CENEVIVA, P. - 1986. "A análise da mortalidade materna através das estatísticas vitais: dificuldades e perspectivas." In: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Núcleo de Estudos de População. CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES. *População e saúde*. Campinas, UNICAMP. v. 1.
- FONT, M. - 1982. *Changing patterns in the social organization of the coffee export sector in São Paulo, 1889-1930*. Michigan, University of Michigan.
- FURTADO, C. - 1976. *Organização econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional.
- GATTAL, Z. - 1980. *Anarquistas, graças a Deus*. 3 ed. Rio de Janeiro, Record.
- GOLDANI, A.M. - 1983a. *Região da Grande São Paulo*. São Paulo, SEADE. (Análise Demográfica Regional, 13).
- - 1983b. "Estructura familiar y transición demográfica: el caso de Brasil" In: PISPAL. *Memorias del Congreso Latinoamericano de Población y Desarrollo*. México, PISPAL. v. 2, p. 695-741.
- LEITE, A. - 1944. *A História de São Paulo: breve resumo cronológico*. São Paulo.
- LEITE, C.C. - 1943. *Terra bandeirante: algumas impressões do Estado de São Paulo*. (Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais).

- LEITE, M.M. – 1983. *Os Caminhos de Maria Lacerda de Moura*. Campinas, UNICAMP (Tese apresentada à UNICAMP, para fins de obtenção de título de Doutor).
- LESSA, C. – 1983. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo, Brasiliense.
- LESTHAEGE, R. – 1980. On the control of human reproduction. *Population and Development Review*, 6 (4).
- LEVINE, D. – 1977. *Family formation in an age of Nascent Capitalism*. New York.
- LOPES, V. – 1976. “La Família en el Brasil, segun el Censo de Población de 1960”. In: BURCH, T. et al. *La Família como unidad de estudio demográfico*. San José, CELADE. p. 143-168 (Serie E, 1001).
- MADEIRA, F.R. – 1978. “Notas preliminares sobre a evolução da idade média ao casar no Estado de São Paulo neste século: algumas contribuições à perspectiva histórico-estrutural”. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais do Primeiro Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Paulo, ABEP. p. 437-453.
- MARCÍLIO, M.L. – 1974. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo, USP. (Tese apresentada à Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, para obtenção do título de Livre-Docente).
- MARTINE, G. & CAMARGO, L. – 1984. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas*, 1(1/2): 99-143, jan.-dez.
- MATOS, O. – 1958. “São Paulo no século XIX”. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. *A Cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo, Nacional. vol. 2.
- MERRICK, T.W. – 1985. *Production and reproduction in Europe and Latin America: the proletarianization hypothesis*. Florence, IUSSP. (Paper presented at the IUSSP General Conference. Florence, June).
- MERRICK, T.W. & BERQUÓ, E.S. – 1983. *The Determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility*. Washington, National Academy.
- MONBEIG, P. – 1941. O Estudo geográfico das cidades. *Revista Arquivo Municipal de São Paulo, São Paulo*, 6 (72): 5-38.
- – 1984. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec/Rocis.
- MONTALI, L.T. & PATARRA, N.L. – 1982. “Estudo da reprodução: anotações críticas sobre sua evolução e encaminhamento de propostas alternativas”. In: CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES. Grupo de Trabajo sobre el Proceso de Reproducción de la Población. *Propuestas alternativas para el estudio de la reproducción de la población*. São Paulo, CLACSO. p. 3-42. (Reproducción de la Población y Desarrollo, 2).



- MORSE, R. – 1970. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- MORTARA, G. – 1961. As Mães solteiras no Brasil. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, 22(85/86):1-32, jan./jun.
- OLIVEIRA, M.C.A.F. – 1979. *Classe social, família e reprodução: reflexões teóricas e referências empíricas*. 1 ed. São Paulo, FAU/USP (PRODEUR. Caderno de Estudos e Pesquisas, 3).
- – 1988. “Mercantilização e urbanização em São Paulo”. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais do Sexto Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Olinda, ABEP. v. 2, p. 307-342.
- PAIVA, P. de T.A. – 1985. “O Processo de proletarização como fator de desestabilização dos níveis de fecundidade no Brasil”. In: PATARRA, N. L.(comp.). *Transição da fecundidade de: análise e perspectivas*. São Paulo, CLACSO. p. 213-249 (Reproducción de la Población y Desarrollo, 5).
- PAOLI, M.C. – 1984. “A Família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil”. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais do Quarto Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Águas de São Pedro. ABEP.
- PATARRA, N.L. – 1985. *Migração na transição demográfica: o caso de São Paulo, 1900-1980*. São Paulo, USP. (Apresentado em: Congresso Euro-Brasileiro sobre Migração. USP – Faculdade de Direito).
- – 1976. *O Estudo sobre reprodução humana no Distrito de São Paulo: um enfoque sociológico*. São Paulo, FAU/USP.
- – 1985. “Transição demográfica e família: notas para discussão”. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS. *Ciências Sociais Hoje, 1985: regimes políticos e gestão econômica, estrutura social e família, movimentos sociais, militares e geopolítica, relações de trabalho*. São Paulo, Cortez. p. 242-257.
- PATARRA, N.L. & BAENINGER, R. – 1987. *São Paulo: povigente, povo vigente e povo e gente*. Campinas, NEPO (Textos NEPO, 15).
- PATARRA, N.L. & FERREIRA, C. E. de C. – 1986. *Repensando a transição demográfica: formulações, críticas e perspectivas de análise*. Campinas, NEPO, out. (Textos NEPO, 10).
- PENA, M.V.J. – 1981. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PESTANA, P.R. – 1923. *A Expansão econômica do Estado de São Paulo num século (1822-1922)*. São Paulo, Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo.

- PETRONE, P. – 1953. As Indústrias paulistas e os fatores de sua expansão. *Boletim Paulista de Geografia*, 14, julho.
- – 1958. “São Paulo no século XX”. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. *A Cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo, Nacional, v. 2.
- PRADO JÚNIOR, C. – 1957. *Evolução política do Brasil e outros estados*. 2 ed. São Paulo, Brasiliense.
- RAGO, L.M. – 1984. *Sem fé, sem lei, sem rei: liberalismo e experiência anarquista na República*. Campinas, UNICAMP-IFCH (Tese apresentada à UNICAMP – Departamento de História, para obtenção do título de Mestre).
- ROMANELLI, G. – 1986. *Famílias de camadas médias: a trajetória da modernidade*. São Paulo, USP-FFLCH. (Tese apresentada à USP - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, para obtenção do título de Doutor).
- SAWYER, D.R.T.O. – 1983. “Relações entre mortalidade e fecundidade: o caso de São Paulo” In: PATARRA, N.L. (comp.). *Familia, reproducción de la población y dinámica de la sociedad capitalista*. São Paulo, CLACSO, p. 91-172. (Reproducción de la Población y Desarrollo, 4).
- SECCOMBE, W. – 1983. Marxism and demography. *New Left Review*, London, (137): 22-47, jan./feb.
- SILVA, S. – 1976. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega.
- SINGER, P.I. – 1968. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Nacional/USP.
- – 1973. *Economia política da urbanização*. São Paulo, CEBRAP.
- SPINDEL, C.R. – 1979. *Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- STONE, L. – 1977. *The Family, sex and marriage in England, 1500-1800*. New York, Harper & Row.
- TABUTIN, D. – 1980. *Problemes de transition demographique*. Louvainha – Neuve.
- TADANI, V.N. – 1978. The Logic of sentiment: the family and social change. *Population and Development Review*, 4(3), set.
- TILLY, E. (ed). – 1978. *Historical studies of changing fertility*. Princeton, Princeton University.



- TILLY, E. & SCOTT, J.W. - 1978. *Woman, work and the family*. New York. Hol. Rinhart and Winston.
- VAN VALLE, E. - 1977. Demografia histórica e modelos. In: MARCILIO, M. L. *Demografia histórica: orientações técnicas e metodológicas*. São Paulo. Novos Ubrais.
- WONG, L.R. - 1982. A Fecundidade no Estado de São Paulo e suas onze regiões administrativas: o uso do registro civil. *Informe Demográfico* (7): 221-262.
- - 1987. *A População no Estado de São Paulo: uma síntese do perfil populacional atual e suas perspectivas de crescimento no médio prazo: 1980-2000*. s.l., s.n. 32 p.
- WONG, L.R. & GIRALDELLI, B. - 1986. "A Queda da Fecundidade e a população menor de cinco anos no Estado de São Paulo nos anos pós 1980". In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais do Quinto Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Águas de São Pedro, ABEP, v. 1. p. 353-366.

ABSTRACT – THE FAMILY IN DEMOGRAPHIC TRANSITION: THE CASE OF SÃO PAULO – The intention is to establish relations between the stages of demographical transition and the stages of socio-economical development, in the city of São Paulo, from 1900 up to now. The phase differences between these two types of phenomena lead to the discussion on the necessary mediations in the understanding of demographical transformations. The family is one of the significant mediations, which tends to have different forms for different social groups over the period. Besides that is the discussion on the role of internal and international migration in the shaping of this typology, through the insertion of the family members in production relations as well as through ideologies and cultural dimensions which surround the role of woman and children. A comparison is developed between this case and other situations of transition to capitalism.